

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA INCLUSÃO DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Joani de Mélo Muniz ¹
Patrícia Mendonça Targino ²
Jéssica Ferreira Souza da Silva ³

RESUMO

O presente trabalho apresenta as contribuições do psicopedagogo institucional direcionado no processo de inclusão dos alunos com. Desta forma, o objetivo aqui é promover uma análise e reflexão em torno do trabalho psicopedagógico na escola regular, voltado para o contexto da Educação Especial, de maneira que o nosso foco central é atuação do psicopedagogo na educação especial sobre os paradigmas inclusivos. O caráter metodológico é de cunho qualitativo, se configurando nos moldes de uma revisão bibliográfica, assim lançamos mão do olhar crítico-reflexivo sobre a inclusão escolar das pessoas público-alvo da educação especial em articulação com o trabalho desempenhado pelo psicopedagogo que atua nas instituições escolares. Finalizamos apontando que é de suma importância as contribuições do psicopedagogo institucional dentro do contexto da Educação Especial, haja vista as particularidades do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas-habilidades/superdotação, de forma que, o psicopedagogo apresenta formação adequada e assim conhecimentos importantes que subsidiam o apoio e descoberta das formas de aprender de cada aluno, respeitando suas particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia Institucional, Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Escola Regular

INTRODUÇÃO

Este artigo nasce a partir do envolvimento das autoras com a temática abordada, tendo em vista suas formações pedagógicas e psicopedagógicas, nas quais o campo de atuação profissional delimita-se no trabalho desempenhado em escolas públicas da rede regular de ensino do município de João Pessoa-PB, diretamente em contato com os alunos público-alvo da Educação Especial, através do Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Neste sentido, se faz importante esclarecer que o trabalho desenvolvido no AEE está firmado em seu caráter pedagógico, pelo qual, os profissionais que nele atuam desempenham atendimentos que visam o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos,

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialista em AEE -UFERSA Mestra em Educação - UFPB joanidemelo@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialista em Psicopedagogia – Faculdade Cidade Verde patriciamendoncajp@gmail.com;

³ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional – CINTEP, Mestra em Formação de Professores - UEPB jessicajfss@hotmail.com;

diminuindo ou até mesmo sanando as barreiras existentes no universo escolar, por meio de estimulações e uso de recursos pedagógicos adequados. Todavia, as vivências profissionais experimentadas pelas autoras lhes permitiram observar a necessidade do intercruzamento dos saberes oriundos da psicopedagogia com os saberes pedagógicos para a efetivação do trabalho no AEE. Portanto, é neste cenário que se firma a motivação pessoal das autoras.

Sendo o cenário da educação especial um campo particularmente conhecido, cabia as autoras compreenderem como se dava no campo das ciências educacionais o trabalho do psicopedagogo institucional juntamente aos alunos público-alvo da educação especial na perspectiva da inclusão. Assim, este trabalho apresenta como objetivo principal fomentar uma discussão e análise à respeito da importância da atuação psicopedagógica no contexto da Educação Especial, nas escolas regulares, sobre a perspectiva do paradigma da inclusão.

Temos enquanto objeto de estudo as contribuições do psicopedagogo institucional no processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial na perspectiva da inclusão, o que traz um caráter contemporâneo para este trabalho. Como forma de problematizar o objeto de estudo, apresenta-se o seguinte questionamento: Como tem se estruturado o trabalho do psicopedagogo institucional a partir da literatura científica e como podemos observar esse trabalho no cenário da educação especial sobre o paradigma da inclusão?

Sendo assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de clareza e compreensão quanto à importância do trabalho desenvolvido pelo psicopedagogo institucional no contexto da Educação Especial, na escola regular, por acreditarmos que é de grande valia no contexto educacional inclusivo a percepção e o conhecimento advindo da psicopedagogia, principalmente no que tange às relações e estruturação metodológica do processo de ensino e aprendizagem.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, primeiramente apresenta-se sucintamente um passeio sócio-histórico em torno da Psicopedagogia e da Educação Especial, de forma que buscamos também evidenciar seus entrelaçamentos, principalmente no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE⁴. Em seguida destaca-se a prática psicopedagógica dentro das suas principais perspectivas teóricas ao se tratar do desenvolvimento, sistematização e aplicação dos métodos que subsidiem o processo de aprendizagem das crianças com NEE. Assim, apresenta-se os resultados e a discussão, na qual

⁴ Diz respeito aos estudantes denominados pela Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) como público-alvo da Educação Especial, sendo estes os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação.

a ênfase pauta-se na análise da importância do trabalho do psicopedagogo no ambiente educacional inclusivo, de forma que apontamos também alguns entraves e desafios deste processo. Assim, chega-se às considerações finais, aclarando à respeito da relevância da ação psicopedagógica na modalidade de ensino da Educação Especial, no contexto das escolas regulares, principalmente no que tange a eficácia no apoio do desenvolvimento das aprendizagens dos alunos com NEE, bem como a necessidade de aprofundamento nas discussões científicas em torno da temática articulada da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão e a psicopedagogia institucional.

METODOLOGIA

Este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (1996, p. 21 e 22), pode ser caracterizada como aquela que permite a valorização do “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Desta forma, a função da pesquisa qualitativa é, permitir ao pesquisador interpretar as situações do mundo real, ou seja, as vivências e relações humanas.

Sendo a pesquisa qualitativa, um possível mecanismo de interpretação das construções sociais, cabe-nos compreender como tem acontecido ao longo da história as articulações entre a psicopedagogia institucional no processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial na perspectiva da inclusão. Portanto, evidenciamos a relevância da psicopedagogia através da análise sócio-histórica abordada por meio da bibliografia científica que envolve a temática.

Com relação ao aspecto bibliográfico, Oliveira (2005) conceitua tais procedimentos na pesquisa de abordagem qualitativa como “(...) um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico (...)” (p.41). Ainda com relação a este aspecto Chizzotti (2008, p. 28) enfatiza que:

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais; assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia; da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles.

Sendo o aspecto bibliográfico definido, fez-se o levantamento dos autores e estudos relevantes sobre o tema buscando aprofundar o caráter teórico e assim estruturar as categorias necessárias que desenhasssem a discussão proposta. Neste sentido, a discussão e os resultados estão organizados em dois subtópicos, sendo estes: Entrelaçamentos entre a história da psicopedagogia e da inclusão das pessoas com NEE no universo escolar; A psicopedagogia no cenário brasileiro e a emergência das políticas públicas de inclusão; O cenário contemporâneo da psicopedagogia institucional e a educação especial na perspectiva da inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo da história é possível observar que a educação vem sofrendo inúmeros processos de transformações, na medida em que surgem necessidades sociais outrora não pensadas ou até mesmo não admitidas. Em meio a estas mudanças observamos o processo de chegada dos alunos com NEE às escolas regulares e agora não somente como frequentantes das salas especiais, mais sendo assim, incluídas na sala de aula comum. Desta forma, é importante lançarmos o nosso olhar sobre a história, para melhor compreendermos quais mudanças ocorreram no contexto social e conseqüentemente clínico e educacional, que promoveram esse processo de inclusão nas escolas regulares.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar, a partir de um recorte teórico uma análise e reflexão sobre a atuação psicopedagógica no contexto da Educação Especial, nas escolas regulares, sobre a perspectiva do paradigma da inclusão. Sobre esse aspecto, Ropoli (2010) aponta:

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. (ROPOLI, 2010. p. 9)

Assim, partimos do pressuposto de que a diversidade humana é uma característica presente em qualquer sociedade e que ela merece e precisa ser observada dentro dos espaços sociais sob a ótica das suas particularidades, demandada por cada sujeito, de forma que, compreendemos que no contexto das escolas regulares, nas quais os alunos com NEE estão inseridos, o psicopedagogo se configura como um profissional capaz de lançar esse olhar particular sobre esta demanda específica, contribuindo na formulação de estratégias e aplicação de metodologias adequadas que contemplem e respeitem as formas de aprender de cada aluno.

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE A HISTÓRIA DA PSICOPEDAGOGIA E DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NEE NO UNIVERSO ESCOLAR

Caminhando na história da inclusão escolar das pessoas com NEE em articulação com a história da psicopedagogia, temos registros de discussões científicas as quais apontam que as frequentes preocupações em torno dos problemas de aprendizagem começaram a ser divulgadas no século XIX na Europa, sendo a França o berço do desenvolvimento da psicopedagogia, tendo destaque os estudos realizados pela psicopedagoga Janine Mery, que de acordo com Bossa (2007) os estudos realizados por Mery neste período se interessava em entender como deveria ser o atendimento de portadores de deficiências⁵ sensoriais, debilidade mental e outros problemas que interferissem diretamente na aprendizagem. Bossa (2007) ainda nos mostra que, outros nomes de educadores europeus, a exemplo de Jean Marc, Gaspard Itard, Johann Heintich Pestalozzi e Edouard Seguin, partindo dos postulados psicanalíticos de Jacques-Marie Émile Lacan, também tiveram expressiva contribuição nos estudos com crianças que apresentavam dificuldades na aprendizagem, sendo estas decorrentes de inúmeros distúrbios.

Seguidamente, no ano de 1898 surgiram as primeiras “classes especiais”, nelas estavam matriculadas as crianças que apresentavam o quadro de retardo mental, foram os idealizadores deste novo modelo educacional o neurologista François Neville e o professor de Psicologia Edouard Claparèd. É importante destacar que contemporâneo à criação das “classes especiais” a Psiquiatra Maria Montessori idealiza um método direcionado ao processo de aprendizagem das crianças com retardo mental.

É diante deste cenário que em 1930, na França, também surgem as “escolas especiais”, as quais, neste momento, tinham como público específico às crianças que apresentavam o desenvolvimento da aprendizagem lenta, estas e instituições contavam com o corpo profissional de educadores, psicólogos, médicos e assistentes sociais, o que posteriormente, em 1946 influenciou J. Boutonier e George Mauco a fundar os primeiros Centros Psicopedagógicos. Tais instituições tinham como objetivo promover um o desenvolvimento da aprendizagem de maneira interdisciplinar, no qual os conhecimentos da área da educação, psicologia e psicanálise dialogassem na resolução das dificuldades de aprendizagem.

Maluf (2007) aponta que em 1948 surgiu a nomenclatura “Pedagogia Curativa”, esta idealizada por Debesse, sendo também nomes de expressiva contribuição neste momento

⁵ Nomenclatura utilizada para fazer alusão ao contexto da época (século XIX), sendo o termo adequado para a atualidade Pessoa com Deficiência.

Pierre Vayer, Pichon Rivière, Françoise Douto, Muad Mannoni e outros. Todos estes voltaram sua preocupação investigativa para os problemas de aprendizagem, descobertos a partir da Psicologia Clínica.

Conforme Sobrinho (2016) com a chegada da era industrial, cresce o interesse por meios de produção, de maneira que tudo que gerasse impedimento para que se efetivasse a produtividade, neste momento se fazia necessário um olhar mais apurado e ações práticas para intervir nestes impedimentos. Desta forma, a partir desta necessidade as dificuldades de aprendizagem passaram a ser objeto de foco atenção da medicina, que começou a investigar e analisar as causas e possíveis intervenções.

Na corrente europeia observa-se o surgimento da psicopedagogia, na corrente americana surge a ideia da psicologia escolar. A corrente europeia influenciou diretamente as práticas na Argentina, dando origem ao primeiro curso de graduação em Psicopedagogia, pela Universidade Del Salvador, 1956, tendo este curso influência da epistemologia genética (Jean Piaget), psicanalítica (Freud e pós-freudiana) e da psicologia social (Pichon Rivière), tendo foco nos problemas de aprendizagem.

Emergindo desse campo de descobertas, oriundas dos estudos da Psicologia Clínica, observamos que, de acordo com Moussatché (1997), na Dinamarca, durante a década de 1950 surge o conceito da normalização⁶ que se contrapunha ao modelo de educação especial estabelecido, a qual se moldava como centralizadora e segregativa. Sendo assim, foi dentro do conceito da normalização que surgiu o princípio da Integração no contexto da escolarização dos alunos com NEE. Um importante movimento deu-se início nos anos de 1960, denominado por Hall (1997) como “virada cultural”:

Refere-se a uma abordagem da análise social contemporânea que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social, em vez de uma variável dependente, provocando, assim, nos últimos anos, uma mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades, que passou a ser conhecida como "virada cultural. (Hall, 1997, p. 9)

Tendo a virada cultural desempenhado um importante papel no boom das lutas pelos direitos humanos, os movimentos sociais tiveram alcance e aderência em inúmeras e diferentes partes do mundo, dando assim visibilidade às minorias, que sofriam/sofrem com a falta de acesso aos direitos sociais. No campo das lutas dos movimentos sociais estavam as pessoas com deficiência, as quais passaram a lutar mais concisamente por direitos e acesso a

⁶ Normalização aqui é compreendida como ações, metodologias e/ou estratégias que objetivam promover a pessoa com NEE, o máximo possível de oportunidades igualitárias, quando em contextos com os demais sujeitos sociais.

esferas da vida social, principalmente no que conferia ao cenário educacional comum a todas as pessoas. Assim, surge dentro movimento de luta das pessoas com deficiência a conquista que deu ao princípio da Integração o status de direito humano. Caiado (2006) aponta que as duas Guerras Mundiais foram fundamentais para que todo este movimento acontecesse, pois conforme nos descreve Sobrinho (2016), a Primeira Guerra se configurou em um cenário propício para o estudo dos cérebros dos militares atingidos, nos quais os estudiosos voltaram-se para a análise das áreas cerebrais afetadas e danificadas. Partindo das considerações postas, observamos que o processo mensurado apresentava caráter até então clínico no qual se desenhava a psicopedagogia, as possibilidades de intervenções estavam primordialmente pautadas na busca pela cura e reabilitação do paciente.

Desta forma, estando as pessoas com deficiência enquadrada na categoria dos grupos que necessitavam de reabilitação, as lutas dos movimentos sociais em defesa da pessoa com deficiência buscavam por possibilidades de um modelo de educação mais equânime e menos discriminatória pelo qual as pessoas que apresentassem comprometimentos que afetassem o seu desempenho social e escolar pudessem ser estimulada em espaços comuns. Neste momento, observamos inicialmente ser pensado e modulado uma nova forma de fazer pedagógico, mas que passa também a ser de interesse da psicopedagogia. Neste momento histórico ainda não se era explorado o conceito de educação baseado na inclusão, mas se buscava uma integração como um processo de direito humano, como observamos acima. A luta aqui era pela saída das pessoas com deficiência das escolas e classes especiais e para a participação nas escolas e salas de aulas regulares. Como forma de aproximação contextual, precisamos compreender como todas essas construções históricas e sociais se firmaram e influenciam o modelo contemporâneo de educação especial que tem suas bases no paradigma da inclusão

A PSICOPEDAGOGIA NO CENÁRIO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

No Brasil, a psicopedagogia teve suas influências foram americanas e européias, e chegou inicialmente na região sul do nosso país, o que originou nos anos de 1970 os primeiros cursos de especialistas em psicopedagogia, contudo, foi somente nos anos de 1990 que estes cursos se expandiram. Consideramos importante destacar que, em território local, pouco antes já tivesse iniciado algumas experiências que apresentassem a psicopedagogia

como um campo fundamental no processo de aprendizagem das pessoas no NEE, foi somente a partir da Constituição Federal do Brasil (1988) um olhar mais direcionado foi lançado.

Ancorados na ideia de cidadania e dignidade, a Constituição evidencia os aspectos que contemplam o modelo de Educação Especial. Observamos em seu Art. 3º, Inc. IV que um dos seus objetivos fundamentais é a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, apontamos também o que diz o Art. 5º deste mesmo documento, o qual garante o direito à igualdade e em seu Art. 205 o “direito de todos” à educação, objetivando o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Complementando a ideia da educação como direito de todos, observamos também que nossa Constituição contempla como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, Art. 206, Inc. I). No que tange especificamente sobre o conceito de Educação Especial, podemos encontrar prescrito neste mesmo documento que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, Art. 208, Inc. III).

No ano de 1994 observamos a Portaria do Ministério da Educação/MEC, através da Lei nº 1.793 através do seu Art. 2º:

Recomendar a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos—Ético—Políticos—Educação da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais nos cursos do grupo de Ciência da Saúde(Educação Física, Enfermagem , Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades.

Já em nossa tão conhecida Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 ou Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, observamos o direcionamento à Educação Especial quando a mesma declara que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996, Art. 58). Neste sentido, posteriormente, o Decreto nº 3.298, o qual regulamenta a Lei nº 7.853/1989, “dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”, estabelecendo assim a educação especial como uma modalidade transversal, que perpassam todos os níveis e etapas de ensino (BRASIL, 1999, Art. 24, Inc. II). Ainda nesses direcionamentos encontramos a resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, a qual “institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, definindo:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, Art. 2º)

Podemos também observar que o Plano Nacional de Educação – PNE ou Lei nº 10.172/2001 aponta que o principal avanço que a educação poderia manifestar naquela década se referia “a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana” (BRASIL, 2001^a, item 8.1).

Mesmo diante de todo esse processo, pelo qual podemos observar avanços significativos para a realidade da Educação Especial Brasileira, é somente no ano de 2008 que nasce o Plano nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este documento é de fundamental importância, haja vista que, fundamenta a política nacional de educação, dando destaque ao processo de inclusão educacional, de maneira que indica o ponto de partida, através da Educação Especial, e sugere o ponto de chegada, por meio da Educação Inclusiva.

Através do Decreto nº 7.611, ainda do ano de 2011, temos a declaração que coloca como dever do Estado a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e com igualdade de oportunidades para os estudantes com deficiência; aprendizagem ao longo da vida; apoio necessário, com o objetivo de promover a efetiva educação para estes estudantes.

Em 2014 observamos o Plano Nacional de Educação/PNE, o qual define as bases da política educacional brasileira para os próximos dez anos. Podemos destacar neste documento a quarta meta, que estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente no sistema público de ensino.

No ano de 2015 observamos um marco importantíssimo para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo esta a Lei nº 13.146 ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência. No capítulo IV, com base na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aborda o direito à educação, colocando que esta deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, através da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras, contemplando entre outras medidas o AEE.

O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DA PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Conforme observamos, variadas foram às transformações e aprimoramento em nosso aparato legal que evidenciam o direito adquirido pelos alunos público-alvo da educação especial ao acesso e permanência a uma escola de qualidade, dentro do modelo inclusivo, que respeite e promova o desenvolvimento das suas habilidades e competências, de forma respeitosa no que tange às individualidades dos sujeitos, sendo, portanto cada vez mais evidente a importância do trabalho desenvolvido pelo psicopedagogo na escola, com este público específico.

Uma característica da educação atual que reside suas práticas sobre o paradigma da inclusão dispensa atenção maior nas variadas formas de ensinar e aprender, pois objetiva assim atender a diversidade existente no espaço escolar. Neste viés Coll (1995) apud Beyer (2006, p.71) elucida que ensinar na educação inclusiva é “garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais participem de uma programação tão normal quanto possível e tão específica quanto suas necessidades requeiram”.

Desta maneira, entendemos que é no cenário inclusivo da educação que a psicopedagogia modela um importante papel, haja vista sua responsabilidade no que diz respeito às questões de aprendizagens e dificuldades que surgem e são observados no processo de escolarização dos alunos. Assim Porto (2011) afirma que:

A psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem humana, que surgiu de uma demanda - as dificuldades de aprendizagem, colocada em um espaço pouco explorado, situado além dos limites da pedagogia e da psicologia. (PORTO, 2011, p. 07).

Tendo a psicopedagogia seu início junto aos estudos voltados para as crianças que apresentavam problemas no desenvolvimento da aprendizagem, as ações psicopedagógicas ganha abrangência alcançando o ambiente escolar inclusivo e primordialmente no processo de desenvolvimento da aprendizagem das crianças com NEE, sendo estas realizadas por meio de atendimentos multidisciplinares, que devem envolver profissionais da área da educação, saúde e assistência social, sem deixar de lado as contribuições apresentadas pela família do aluno, interligando assim diversos campos de saberes.

Em concordância com as colocações anteriores Porto (2011) ainda ressalta que:

A aprendizagem constitui-se em um processo, uma função, que vai além da aprendizagem escolar e que não se circunscreve exclusivamente à criança. A aprendizagem, como experiência, guarda um elemento universal do humano, na medida em que permite a transmissão do conhecimento e, por meio desse processo, garante a semelhança e a continuidade do coletivo, ao mesmo

tempo permitindo a diferenciação e a transformação. O aprender envolve simultaneamente a inteligência, os desejos e as necessidades e, por meio do cognitivo, busca-se semelhanças, enquanto que, por meio dos desejos e das necessidades, buscam-se o individual, o subjetivo e o diferente. (PORTO, 2011, p.14)

Sobrinho (2016) descreve como papel do psicopedagogo identificar por meio dos testes e observações às causas e dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno, para assim realizar as devidas intervenções. Desta forma, as ações desenvolvidas pelo psicopedagogo no universo escolar e mais especificamente voltadas para os alunos com os alunos público-alvo da educação especial têm se configurado como um fator de grande contribuição no respeito à diversidade escolar. No processo investigativo realizado pelo psicopedagogo institucional, este tem a responsabilidade de contribuir por meio da observação e avaliação dos comportamentos da criança no desenvolvimento da aprendizagem, minimizando assim as barreiras.

Assim, compreendemos que a aprendizagem se configura como um processo de extrema importância para o desenvolvimento dos indivíduos, fundamentando assim os moldes de execução das atividades mais singulares, até as mais complexas da existência humana. Daí a importância de um processo de aprendizagem bem estruturado e pautado nos saberes fundamentais que contemplem as especificidades dos indivíduos. Porto (2011, p.45) consolida o significativo papel da aprendizagem na medida em que enfatiza que “...o aprendizado significativo viabiliza o aprofundar-se nas questões do mundo, bem como nas questões pessoais, favorecendo um encontro com o sentido da própria existência...”.

Observamos que no cenário contemporâneo a escola tem objetivado cumprir com o paradigma da inclusão, perpassando o sentido de meramente garantir a matrícula do aluno público-alvo da Educação Especial, mas reestruturando suas práticas, inovando no conhecimento e assim construindo novas formas de fazer pedagógicos, para assim garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todos no ambiente escolar.

Frente a este novo modelo de educação, o interesse em promover aprendizagens significativas para os alunos inclusos no contexto da educação especial, tem suas práticas diretamente ligadas à atuação do psicopedagogo nos espaços escolares, rompendo assim com o distanciamento clínico outrora atribuído a este profissional. A junção dos saberes pedagógicos e psicológicos embasam as práticas inclusivas escolares exercidas pelo psicopedagogo.

A ação articulada do psicopedagogo com professores das salas de aulas regulares, professores do atendimento educacional especializado, gestores, especialistas, família do

aluno e ainda equipe multidisciplinar, compõe um cenário eficiente para o desenvolvimento do estudante, haja vista o estabelecimento de práticas concisas e coerentes que de fato contemplam suas necessidades.

Portanto, faz parte da responsabilidade do psicopedagogo institucional conhecer integralmente a criança frente ao momento de construção da aprendizagem, este conhecimento acontecerá através de uma investigação psicopedagógica de forma dialogada com a família e os profissionais que atuam junto ao estudante. Neste sentido, é preciso, considerar as subjetividades do aluno subjetividades, criando espaços e condições favoráveis para expor suas potencialidades, capacidades, habilidades e até mesmo suas limitações. Outro aspecto a ser considerado diz respeito à origem da problemática observada que gera entraves e necessita de intervenções práticas para que o aluno seja de fato incluído no universo escolar, assim, observar se é de natureza neurológica, motora, cognitiva, social ou emocional faz parte do papel psicopedagógico.

Diante do atual modelo escolar e educacional, no qual a diversidade inclui os alunos público-alvo da educação especial na perspectiva da inclusão, percebemos o psicopedagogo como um profissional elementar na consolidação das práticas escolares inclusivas, pois os conhecimentos advindos desta área de saberes são fundamentais para a compreensão do sujeito de forma individual e respeitosa, sendo então, primordial e urgente a efetivação das práticas institucionais do psicopedagogo, haja vista, ainda a notória insuficiência de profissionais requeridos para atuar nesta área, o que em termos práticos, revela uma carência de articulação no campo dos saberes escolares para inclusão dos alunos público alvo da educação especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao término deste trabalho considerando que o processo de inclusão considera que toda criança aprende, na medida em que suas particularidades são respeitadas e consideradas. Vimos aqui, que no decorrer da história da psicopedagogia bem como da inclusão das pessoas no NEE nas escolas, muitas foram às contribuições no campo da ciência, da luta e do direito para que o atual cenário de se constituísse.

Dentro do panorama da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o psicopedagogo busca o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com NEE, por meio do ensino adaptado, que se considere os modos de aprender deste, promovendo situações de

ensino adequadas na medida em que dialoga com os demais profissionais do cenário escolar, clínico e familiar.

Compreendemos que o psicopedagogo deve estar pautado no alcance coletivo, através do diálogo de da troca de informações sobre o aluno em questão. É nessa dimensão coletiva e dialógica que as ações voltadas para os alunos público-alvo da educação especial estarão pautadas no conhecimento teórico oriundo da pedagogia e psicologia, bem como de outras áreas de saberes, que constituirão na prática desenvolvida e efetivada.

Desta forma, o psicopedagogo atuante no universo escolar tem papel significativo para que a inclusão dos estudantes aconteça de fato e de maneira significativa, pois na medida em que este profissional observa, analisa e interfere na maneira de ensinar, tendo como base a forma de aprender do estudante com algum impedimento na aprendizagem, ele também pode e deve incitar a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem.

Observamos ainda que a conquista de espaço do psicopedagogo na escola tem ocorrido de forma paulatina e não aligeirada. No cenário nacional, a difusão das propostas inclusivas chegaram mais tardiamente, quando comparadas a realidades europeias e americanas, entretanto, tal espaço tem sido conquistado também em nosso país, na medida em que cada vez mais as políticas públicas de inclusão enfatizam e asseguram a necessidade de um ensino especializado, que considere as particularidades, potencialidades e integralidade do sujeito, o que se configura também como um avanço importante no contexto escolar vigente.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais Especiais**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.793 de 27 de dezembro de 1994**. Brasília: 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12716:legislacao-especifica-documentos-internacionais>. Acesso em 19 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.in.gov.br/mp_leisleis_textos.asp. Acesso em 19 de junho de 2020.

BRASIL.. **Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999.** Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp. Acesso em 13 de julho de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2/2001, de 11 set. 2001.** Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/diretrizes1.shtm. Acesso em 13 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 7.611,** de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.005,** 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm#:~:text=A%20PRESIDENTA%20DA%20REP%3%9ABLICA%20Fa%3%A7o,214%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal. Acesso em 10 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146,** de 06 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em 20 de julho de 2020.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CAIADO, K. R. M. **O aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas qualitativas em ciências humanas e sociais.** 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MALUF, M. I. Família, escola e o nascimento da psicopedagogia. **Psique,** São Paulo, edição especial, n. 2, p. 06- 13, out. 2007.

MOUSSATCHÉ, A. H. Diversidade e processo de integração. In: MANTOAN, M. T. E. (org.) **A Integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 10-12.



OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Recife:Edições Bagaço, 2005.

PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia**: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2011.

SOBRINHO. P.J. **Fundamentos da Psicopedagogia**. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda, 2016.